

## **O Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária-PRONERA como Perspectiva de Melhor Qualidade de Vida no Campo.**

MORAIS, Lorena R. de Alencar S. de, Graduada em pedagogia- UFPI  
([raquelvi16@hotmail.com](mailto:raquelvi16@hotmail.com))

GONÇALVES, Marli Clementino, doutoranda em educação- UFPI

### **Resumo**

O presente artigo é resultado do trabalho de iniciação científica que busca discutir a atuação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária - PRONERA, no campo como, perspectiva de mudança aos camponeses que vivem da terra e buscam melhorias na qualidade de vida. Esse trabalho tem como metodologia a pesquisa bibliográfica de autores dentre eles, MOLINA (2004) E SALES (2011), discutem a educação do campo em uma perspectiva política ideológica. Também a análise documental, que mostra dados referentes à atuação desse programa no Brasil tanto no seu âmbito histórico quanto estatístico. Objetiva-se nesse trabalho o entendimento da história do processo de luta por um campo socialmente justo, conhecimento do PRONERA e sua atuação, e análise dos dados estatísticos que mostram o desenvolvimento em fatores diversos, nos assentamentos da Reforma Agrária, concluindo a importância desse programa na vida desses sujeitos que vivem da terra e constroem suas histórias através da terra.

Palavras Chaves: Educação do Campo, Pronera, Reforma Agrária.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, realizada a partir das necessidades de investigação e análises na área da educação do campo no Brasil, especificamente no estado do Piauí, com a base epistemológica na reforma agrária e suas consequências. O interesse despertado para realização dessa pesquisa se deu através do convívio acadêmico com a com as temáticas discutidas dentro do currículo do curso de pedagogia na Universidade Federal do Piauí-UFPI, principalmente na disciplina de fundamentos da Educação de Jovens e Adultos – EJA que trás a tona uma reflexão a respeito dessa modalidade na realidade escolar brasileira, sobretudo no campo. Essa pesquisa busca conhecer o Programa Nacional da educação na Reforma Agrária-PRONERA, e sua atuação no contexto nacional e estadual, bem como análise dos dados da primeira Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária- PNERA, realizada no ano de 2004 procurando sondar a realidade brasileira tanto em aspectos educacionais como assistencialistas nos assentamentos cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, dentro da atuação dos movimentos sociais e espaços beneficiados pelos programas que visam a concretização da Reforma Agrárias no Brasil

Importam explicitar que o Pronera é resultado de parceria entre sujeitos sociais, parceiros compromissados pela luta de uma educação do campo de qualidade. No caso do Piauí a parceria foi com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Movimento Social dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, secretaria de educação e cultura do Piauí- SEDUC, entre outros. Dessa forma, essa articulação e discussão nos desdobramentos tanto políticos como sociais da educação voltada para o campo surgiu um eminente desejo de compreender e participar de forma significativa a essa complexidade relacionado ao sistema de ensino no brasileiro, sobretudo na zona rural.

Para fundamentação desse estudo tem-se a I pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PNERA, que desperta a curiosidade a respeito dos resultados da educação voltados para pessoas que, por muitas dificuldades não tiveram acesso ao conhecimento escolar, sendo excluídos e esquecidos ao longo da história do nosso país. Sujeitos que vivem no campo, sendo marginalizados e vestidos a uma imagem estereotipada negativamente de um indivíduo que não necessita de conhecimento, que não pensa, apenas vive isolado da tão “desejada” modernidade.

Para melhor entendimento dessas questões se faz necessário a entender a historia desse processo de luta por um campo que seja justo e digno de se viver sem que seja um sujeitocom uma grande parcela de terra, e contribua com a concentração de renda nas mãos de poucos, mas para base e toda a estrutura social que compõe essa área.

O desenvolvimento no meio urbano deve vir acompanhado, como via de mão única, com desenvolvimento do campo. Desta forma não haverá a imposição, ou mesmo expulsão dos camponeses, dos seus locais de trabalho e de moradia, para outras zonas onde tenha uma nova perspectiva de vida. No entanto, no Brasil, acompanhado o quadro econômico mundial, o sistema de produção tende a expropriar os camponeses, que por não ter variações alternativas arriscavam-se nas cidades. ALMEIDA (2005, p. 281) afirma que ao analisar esse quadro histórico brasileiro, pôde-se perceber que as famílias rurais “são muito mais expulsas do campo e de suas atividades profissionais do que propriamente pela possível melhoria de vida nas cidades.”, ou seja, viver na cidade não se tratava de uma escolha, mas apenas a única alternativa que restava.

Na metade do século XX, o Brasil encontrava-se em processo de industrialização, com modernização tecnológica no campo, famílias de camponeses se veem obrigadas a saírem de suas residências e historia de vida para arriscarem-se na cidade, trazendo a tona à situação de êxodo rural onde, uma grande massa de pessoas migrava do campo para a cidade visando uma “perspectiva de vida melhor”. Todo esse processo trás como consequência o aumento da população urbana, criando assim, problemas sociais que na contemporaneidade ainda estalam-se na sociedade, visto que essa política pública voltada para o campo ainda não foi de fato efetivado.

Com toda essa situação o governo se vê obrigado a investir em políticas educacionais voltadas ao campo para a contensão do aumento da população da zona urbana e buscando a permanência desses

indivíduos no seu lugar de origem, mascarado por interesses dominantes que desejavam apenas garantir a mão de obra na agricultura para o aumento do capital e desenvolvimento econômico do país. Mesmo que esses sujeitos vivam a mercê da sociedade sem um pedaço de chão para garantir sua moradia e seu sustento, vivendo muitas vezes em um regime de semiescravidão.

Apesar desse breve histórico a respeito da educação negada no campo essa, ainda é entendida como um acontecimento presente, visto que, são problemas contemporâneos, onde a educação sozinha não será a responsável por “milagres sociais”, sendo a Reforma Agrária necessária para melhorias sociais de forma justa e igualitária.

Caboclo Roceiro, das plagas do Norte/Que vive sem sorte, sem terra e sem lar/A tua desdita é tristonho que canto/Se escuto o meu pranto me ponho a chorar/De noite tu vives na tua palhoça/De dia na roça de enxada na mão/Julgando que Deus é um pai vingativo/Não vês o motivo da tua opressão/Tu pensas, amigo, que a vida que levas/De dores e trevas debaixo da cruz/E as crides constantes, quais sinas e espadas/São penas mandadas por nosso Jesus (ASSARÉ apud LEONARDELI 2009 p. 66)

Patativa dos Assaré poeta sertanejo que viveu na pele uma vida de exclusão, e mesmo sem acesso a educação descreve sorratamente uma situação que o sujeito do campo vive, sendo muitas vezes deixado de lado. Realidade essa que além de trazer ao homem do campo um estereótipo negativo o faz acreditar que a situação em que vive é resultado de penitências divinas, sem ao menos atentar-se ao seu verdadeiro opressor que envolve a política social, onde o poder do Estado encontra-se nas mãos de uma classe dominante que ver a descentralização da terra, bem como a garantia de direitos fundamentais a população do campo, como um atraso ao desenvolvimento econômico agrário do nosso país.

Diante dessas afirmações será explicitada nesse artigo a situação de educação do campo através da reforma agrária como um programa (PRONERA), que objetivava além de levar o conhecimento contextualizado a realidade dos sujeitos que vivem no campo busca também a democratização do direito a terra, pois a partir desse benefício se construirão outros direitos negados, como a educação e o trabalho a essa parcela da população, que vive excluída e introduzida à margem da pobreza no Brasil e no estado do Piauí.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA**

Essa pesquisa é de caráter quantitativo-qualitativo, buscando levantar dados gerais de projetos realizados no Piauí a partir do Programa de Educação na Reforma Agrária juntamente com a intervenção e ação de movimentos sociais e instituições parceiras que contribuirão facilitando a nossa análise documental, pesquisa bibliográfica, investigação histórica e produção e redação de relatório, disponibilizando acesso a documentos, a projetos, a um sistema de dados.

Para levantar todos os projetos/cursos desenvolvidos em parceria com o Pronera no Estado do Piauí no período de 1998 a 2011 foram colhidos nessa pesquisa as informações qualitativas e quantitativas junto a instituições, a saber: do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF), da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC) e de Movimentos sociais do campo que integraram as parcerias firmadas, etc.

O estudo bibliográfico possibilitou o levantamento de todo o processo do programa no âmbito também nacional, buscando o entendimento de termos pertinentes a pesquisa como a própria Reforma Agrária, e a luta por uma vida melhor aos sujeitos do campo que historicamente foram excluídos no Brasil. Apesar das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa pelo tempo e, portanto nas dificuldades de encontrar resultados específicos no estado do Piauí procurou-se realizar a sistematização sobre todo o processo de construção, desenvolvimento no decorrer da execução dos cursos/projetos.

### **3. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

O contexto histórico em que a educação do campo se construiu no Brasil, é marcada por muitas dificuldades e conflitos, surgindo assim em concomitância com as lutas por uma melhor qualidade de vida no campo.

O modelo de desenvolvimento estalado no país, especificamente nas áreas rurais, transparece e estimula ao fortalecimento do agronegócio, trazendo consigo consequências desastrosas, como a utilização dos recursos naturais sem racionalização, exploração da mão-de-obra, barateando o serviço prestado, concentração de terra, favorecendo assim ao quadro de miséria das famílias que buscam sobreviver da terra, bem como o deslocamento desses sujeitos para a cidade, que da mesma maneira intensifica o processo de favelização, pobreza e violência nas zonas urbanizadas.

Em 1950 o governo federal investiu maciçamente em uma campanha de desenvolvimento, a qualidade de vida nas áreas urbanas se tornavam favoráveis aos moradores, já os camponeses não participavam desse crescimento e otimismo de mudança no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 1960 poucas foram às mudanças para transformação da realidade na zona rural brasileiro, porem com o golpe militar a economia brasileira sofreu transformações visíveis e importantes, onde o governo militar optou por métodos sem protecionismo, abrindo o país ao mercado externo.

Nesse período o setor agrícola foi parte fundamental para a concretização do plano econômico militar. Mas apesar da subordinação da economia brasileira a agricultura, o campo produzia para o mercado interno, existindo assim uma urgência no investimento dessas áreas a grandes produções, para exportação de alimentos para as indústrias, organizando-se como uma agricultura capitalista,

induzindo assim a concentração de terras. Com a modernização do campo o êxodo configurou-se com alternativa(única) de uma nova perspectiva de vida nas cidades.

Ainda no governo militar, especificamente em 1968, foi implementado créditos a produtores rurais, como forma de política para aumento da produção e estímulo do mercado, porém os critérios ao benefício consistia na comprovação de posse da terra através de documentos, excluindo dessa forma uma grande parcela de camponeses sem terra, ou seja, o sujeito contemplados com essa medida política limitou-se aos médios e grandes produtores.

As políticas mascaravam com o “milagre econômico”, no governo Médici a verdadeira situação onde milhões de brasileiros encontravam-se em estado de pobreza quase absoluta, e para reverter essa situação procurou-se uma diversidade de estratégias, tal como: criação do Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO, onde seriam divididos 3,7 milhões de hectares para agricultura, pecuária e reflorestamento; criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, e Empresas de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER. Esse conjunto de ações foi fundamental para o desenvolvimento e modernização do campo

Em 1997, com a realização o I Encontro Nacional da Reforma Agrária- ENERA, foi eleito um conjunto de pessoas para coordenar o processo de construção de ações voltadas aos assentamentos da Reforma Agrária, elaborando-se assim um documento no III fórum de Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras- CRUB aprovando e reafirmando a parceria entre ministério extraordinário da política fundiária, INCRA e o próprio CRUB.

Em 1998, através da portaria nº 10/98, é aprovado o manual de operações, onde Conforme o manual reelaborado até 2004, o PRONERA, atende aos projetos nas modalidades de Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio; capacitação e escolaridade de educadores para o ensino fundamental nas áreas de reforma agrária; formação inicial e continuada e elevação da escolaridade de professores que não possuem formação, sendo nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio das licenciaturas; formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional; curso técnico profissional, formação profissional de nível superior, de âmbito nacional, estadual e regional em diferentes áreas do conhecimento, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo; Especialização em Residência Agrária e Educação do Campo.

Para se discutir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA se faz necessário analisar a perspectiva de uma Reforma Agrária que lute pela democratização através da uma política social que vise um novo modelo de desenvolvimento econômico, onde através do acesso a terra, esses indivíduos possam ter a disponibilidade aos demais direitos fundamentais para o exercício da sua cidadania.

Na Reforma Agrária, segundo Molina <sup>1</sup> (2004, p.65) para se pensar em educação do campo é necessária uma discussão a respeito da reforma e sua concepção, onde a autora coloca que “é necessário entendermos [...] qual compreensão da questão agrária se estrutura este movimento e em que contexto o Pronera está inserido.”, dessa forma busca o entendimento de como se elabora uma proposta voltada para o homem do campo, introduzida na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil, que visa melhorias na condição de vida da população que vive no meio rural através da educação que o Programa propõe.

Outra visão distorcida da reforma Agrária como política social compensatória onde não se vê a necessidade de mudança do modelo econômico Agrário latifundiário, pois se acredita que o modelo de agricultura é indissociável do sistema financeiro e isso prejudicava o desenvolvimento econômico do país, porém existem políticas desenvolvidas em vários países que enfrentavam tal crise, conseguindo superá-la através de política de distribuição de renda, onde a Reforma Agrária está como prioridade, visto que o indivíduo que tem acesso a terra, conseqüentemente terá com garantia seus alimentos, sua moradia e o direito ao trabalho e a renda, melhorando assim a sua qualidade de vida diminuindo o quadro de pobreza em que a crise econômica proporcionou.

Segundo Molina<sup>2</sup> (2004 p. 69) o Pronera defende que “[...] só há sentido em uma proposta educacional específica para sujeitos do campo, no qual se operem mudanças estruturais que objetivem de fato enfrentar a situação de pobreza e desigualdade que vivem essa população. Não adianta pensar que só a educação poderá resolver os graves problemas da distribuição de renda no campo.” Partindo-se desse pressuposto podemos afirmar que a Reforma Agrária juntamente com o Pronera buscam em tese proporcionar a garantia não só à educação, mais também de condições dignas aos sujeitos que vivem no campo e encontram-se na pobreza.

Para criação e implementação de programas que visem proporcionar educação mínima para que esses indivíduos permaneçam em seu lugar de origem não basta apenas investirem uma educação solitária, uma educação oprimida sem que políticas públicas busquem em seu meio contemplar aspectos que afetam diretamente esse ensino, como o simples fato da garantia de moradia bem como de estrutura física de qualidade proporcionando uma educação significativa. Através dos resultados de entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos que vivenciaram a iniciativa do programa educacional em assentamentos da Reforma Agrária percebeu-se a precariedade nas condições de ensino, fatores esses contribuíram significativamente para o número elevado de evasão de algumas modalidades de ensino contempladas pelo Pronera.

Produções artísticas assim como a poesia de Assaré aqui anteriormente mencionado, a música também objetiva representar o homem e a sua luta pela terra para o gozo de seus direitos inalienáveis

---

<sup>1</sup> MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: o Pronera como Construção Prática e Teórica da Educação do Campo.** 2004.

<sup>2</sup>Idem.

como ser humano, esse em questão, desrespeitado. Uma música aqui citada para refletir a situação em que a população do campo se encontra consiste na canção *Funeral de um lavrador*, composta por João Cabral de Melo Neto e Chico Buarque de Holanda<sup>3</sup>, em 1965, para a peça *Morte e Vida Severina*:

Essa cova em que estás/Com palmos medidos/É a conta menor que tiraste em vida/É de bom tamanho/Nem largo nem fundo/É a parte que te cabe deste latifúndio/Não é cova grande/É cova medida/É a terra que querias ver dividida/É uma cova grande/Pra teu pouco defunto/Mas estarás mais ancho/Que estavas no mundo/É uma cova grande/Pra teu defunto parco/Porém mais que no mundo/Te sentirás largo/É uma cova grande/Pra tua carne pouca/Mas à terra dada/Não se abre a boca/É a conta menor/Que tiraste em vida/É a parte que te cabe deste latifúndio/É a terra que querias/Ver dividida/Mas estarás mais ancho/Que estavas no mundo/Mas à terra dada/Não se abre a boca.

A música produzida como trilha sonora da obra *morte e vida Severina* em formato de peça teatral, traz a seguinte reflexão, o homem que produz, que trabalha, que vive a luta de conquistar um pedaço de chão, para garantir uma vida digna, como descreve o trecho “é a terra que querias ver dividida”, muitas vezes este indivíduo se depara com o final dessa luta, ou seja, chega ao fim de sua vida, recebendo um pedaço sim, de terra, apenas para garantir sua estadia física após a morte, em outras palavras, vai garantir apenas uma cova. Isso é visível na afirmação “é uma cova grande para teu defunto parco”, parco, palavra essa, sinônimo de sofrimento, de dor, corpo franzido, como consequência do trabalho muitas vezes em regime de semiescravidão para garantir apenas o pão para si e para família.

Afirmações essas, levam-nos a pensar “a parte que te cabe nesse latifúndio” como uma crítica da concentração de terra em nosso país, questão essa discutida através dos movimentos sociais onde há uma busca de um novo modelo de desenvolvimento agrário e econômico contemplando a igualdade, justiça e a garantia de direitos indispensáveis a essa parcela da população que historicamente sempre foi excluída e agora através dessas discussões para implementação de uma política pública da educação na Reforma Agrária para garantir o mínimo de qualidade de vida aos sujeitos do campo trás uma esperança para todo esse sofrimento através da constância e permanência em sue lar, sua terra, sua educação.

O Pronera no Piauí trouxe uma esperança para quem vive em assentamentos de reforma agrária. Foi entendida como uma forma de dar acesso ao mínimo de conhecimento a uma população carente de quase tudo. De atenção, inclusão, moradia, terra, luta vida, qualidade e educação escolar dentre tantos outros. Não apenas no Piauí, em sua essência esse programa busca levar ao sujeito do campo uma educação flexível, que contextualize com sua cultura, seu modo de vida, seu trabalho, buscando mostrar também que possui direitos inalienáveis, sobretudo a educação. Liberdade essa para

---

<sup>3</sup> HOLANDA, Chico Buarque de; MELO NETO, João Cabral. *Funeral de um lavrador*, Disco: *Morte Vida Severina*, 1966.

lutar buscando garantir o mínimo a si e a sua família através de sua terra e da educação, uma hibridização de cultura e educação.

Freire (1975) explica que a educação é um instrumento para o desenvolvimento político, econômico e social e essa mesma educação muitas vezes oprime, desmistifica ou congela um conhecimento para o comprimento de tabela, não buscando uma perspectiva de vida, uma mudança na realidade, mas uma educação apenas por estar. O Pronera, portanto veio contemplar as palavras de Freire, visto a busca de uma educação no contexto da reforma agrária, uma luta que visa o desenvolvimento econômico, cultural, social e político do indivíduo, ou seja, seu desenvolvimento completo, inteiro e justo.

Esse programa foi criado em 1998, objetivou proporcionar educação aos jovens e adultos assentados considerando como princípio a reforma agrária, trazendo um modelo diferenciado, a gestão tripartite onde há a parceria com três diferentes tipos de instituições, a saber: governo federal, universidades e movimentos sociais para garantir uma articulação entre os movimentos em institutos formais, responsáveis por papéis fundamentais no desenvolvimento do programa com o instituto nacional de colonização e reforma agrária – INCRA, responsável pela administração financeira dos projetos realizados, sendo os movimentos sociais os representantes diretos ou indiretamente a comunidade onde os projetos seriam executados e as universidades com o papel de formação dos sujeitos participantes de programa.

O Pronera consistia na alfabetização de jovens e adultos, elevando sua escolaridade bem como na formação de educadores, técnico-profissional e mais recentemente superior. Porém a alfabetização foi e ainda é a modalidade prioridade do programa, onde havia a participação de monitores que atuavam como agente multiplicador no processo de escolarização dentro dos assentamentos. Segundo Andrade e Pierro <sup>4</sup> (2004 p.27-28):

Ler a bíblia, escrever a carta a um parente, não precisar assinar mais papéis de empréstimo de banco com a impressão digital, não depender de outras para acompanhar as notícias em um jornal, participar das decisões estratégicas do assentamento, são conquistas vinculadas à alfabetização que materializam para jovens e adultos novas possibilidades de exercício da cidadania.

Diante da afirmação de ambas as pesquisadoras, percebemos a importância da educação, mais especificamente da alfabetização a esses sujeitos que vivem e trabalham na terra com uma conquista de cidadania, com a possibilidade de novas atitudes dentro e fora dos assentamentos. Não saber ler e escrever, por si só já os exclui de usufruir de muitos direitos indispensáveis no convívio em sociedade para obter o mínimo de dignidade e respeito através dessa educação que agora o Pronera proporciona,

---

<sup>4</sup> ANDRADE, Márcia Regina. PIERRO, Maria Clara Di. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: A construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária.** 2004.

explicitando aqui a importância do mesmo na vida desses sujeitos, bem como da sua prioridade a essa modalidade de ensino que foi inicialmente alfabetização de jovens e adultos e que atualmente trabalha desde a alfabetização de adultos até a graduação em diferentes.

Os desafios enfrentados na execução do problema consiste basicamente na inconstância dos repasses voltados para a implementação de projetos nos assentamentos, visto que no primeiro ano de execução do programa as verbas destinadas foram aproximadamente 100% (cem por cento) <sup>5</sup> executada, porém no ano seguinte houve uma queda de quase 60% (sessenta por cento), sendo R\$ 21.500.000 previsto para o Pronera em 1999, no entanto apenas R\$ 8.377.236 milhões, ou seja, apenas 38,36% (trinta e oito, trinta e seis por cento) do que deveria ser investido.

Diante destes dados podemos concluir que um dos desafios enfrentados consiste nas dificuldades financeiras relacionadas ao programa, ocasionando assim uma sequência lógica de outros desafios, como a própria estrutura onde eram ministradas as aulas, sendo em sua grande maioria no período noturno no obstante que os alunos passavam o dia trabalhando na terra e disponibilizavam-se apenas desse horário para o estudo, locais que não tinham sequer energia, carteiras apropriadas, mas que a perspectiva de uma vida melhor através dos estudos ainda os motivavam a permanecer e lutar, mas com o tempo esses problemas foram proporcionando um alto índice de evasão, por conta da falta de energia a leitura tornava-se desafiadora, sobretudo aos que tinham problemas voltados a visão por conta da idade e a demasia de trabalho.

São muitos os desafios enfrentados para a execução do Pronera, mas em sua essência o programa visa perspectivas de desenvolvimento a terra e os filhos que ali vivem.

A colonização do Piauí começou tardiamente, visto que o mesmo demorou a ser “desbravado”, a concessão de terra se deu a partir das sesmarias, no século XVII, onde os critérios estabelecidos para a doação de terra eram basicamente definidos por prestígios sociais e o poder político de fazendeiros envolvidos em órgão, leva-nos novamente a reflexão da distribuição de terra e consequentemente sua concentração na mão de privilegiados.

Segundo Rodrigues (p.124) “as concessões de títulos de grande extensão de terra aos sesmeiros geraram enormes latifúndios no Piauí. Por outro lado, deixaram sem título sesmarial inúmeros posseiros, rendeiros e até vaqueiros que já ocupavam as terras, criando e cultivando uns lotes arrendados ou terras devolutas. Tal fato culminou em inúmeros conflitos agrários.” Dessa forma podemos perceber que tanto na história de colonização do Brasil quanto do desbravamento e divisão de terra deste ocasionando a criação no decorrer da história e criação dos estados federativos, trazem em sua criação essa concentração de terra explicitamente descrita por autores tal como a pesquisadora Rodrigues anteriormente citada.

Muitos desafios assim com em âmbito nacional o Piauí também enfrentou, sobretudo ao desestímulo para permanência dos alunos em sala de aula por uma série de dificuldades, ocasionando

---

<sup>5</sup>Fonte: Relatórios de atividades MDA/Incrá/coord. Projetos especiais; para 2001 e 2002, SR Incra.

na evasão em todas as modalidades ofertadas, e um desses problemas é a distância do assentamento onde residia o educando para a escola mais próxima que o Pronera atuava nas diversas modalidades.

Outro problema levantado são as condições físicas onde alunos eram obrigados a permanecer visto que era o único local que dispunham para a realização das atividades, mesmo que sem energia elétrica, carteiras adequadas, transporte dos alunos enfatizando o problema anterior descrito e adequação curricular a realidade para garantir o direito à educação adequada e de qualidade.

O Pronera no estado do Piauí precisa ser bastante discutido visto que pesquisadores sentem dificuldades de realizar pesquisa bibliográfica que fale a respeito dessa temática descrevendo uma educação promovida pelo programa especificamente no estado do Piauí. Diante dessa afirmação podemos concluir que ainda há muito a ser feito para garantia de uma política pública efetivada nas áreas de assentamentos rurais, sobretudo se tratando de uma educação que tenha em sua essência a Reforma Agrária como base, e no Piauí não é diferente, melhor ou pior apenas traz em sua história bem com o seu desenvolvimento uma elevada concentração de terra nas mãos de poucas pessoas, e a educação de qualidade ainda está longe de acontecer, mas já esta dando os seus primeiros passos.

Sentindo-se a necessidade de conhecer a realidade educacional nos assentamento de reforma agrária, bem como um levantamento de dados referentes às ações desenvolvidas nas áreas, em 2004 realizou-se uma Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), como resultado da parceria entre MDA/Incrá/Pronera/INEP/Ministério da Educação. Os dados quantitativos apresentados, mostravam que, apesar das ações desenvolvidas nas áreas rurais nessa época, ainda surgiam situações educacionais negativas que transpareciam um alto índice de analfabetismo, chegando a 23 % entre o população pesquisada.

A pesquisa foi de caráter censitário, tendo sido entrevistadas as 522 mil famílias assentadas nos 5.595 projetos de assentamento implantados pelo Incra, localizados em 1.651 municípios. Nessa pesquisa foram apresentados dados sobre acesso, níveis e modalidades de ensino oferecidas pelas escolas e suas formas de organização, formação dos educadores, programas educacionais existentes nos projetos de assentamento e expectativas das famílias, educadores, crianças, jovens e adultos em relação à educação. Indicou, à época, índice de analfabetismo de 23% entre a população assentada, além de níveis baixíssimos de escolaridade e pouca oferta de níveis elevados de escolaridade nos assentamentos ou mesmo nas escolas próximas aos mesmos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, p.13. 2011)

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O Pronera oportunizou às pessoas que vivem em assentamentos o acesso à educação escolar uma educação que até então negava aos sujeitos do campo acesso a educação escolar. Essa investigação busca resultados quantitativos e qualitativos que mostre o quadro da execução dos projetos do programa especificamente no Estado do Piauí, tendo como principal base a análise dos dados fornecidos pela primeira pesquisa nacional de educação na Reforma Agrária. A I PNERA, cujas informações estão disponibilizadas no site no INEP.

A princípio se faz necessário descrever as modalidades que o programa executou através de seus diversos projetos especificamente no Estado do Piauí, expondo paralelamente a essas modalidades a quantidade de alunos contemplando a cada uma das divisões apresentadas. A tabela 1 logo abaixo, apresenta alguns dados evidenciados na I PNERA sobre a educação de oferecida nos assentamentos de reforma agrária do Brasil e neste caso no Piauí sobre a educação escolar oferecida pelas redes municipal, estadual e pelo próprio programa, considerando seu âmbito de atuação. Fazendo um paralelo aos resultados encontrados na região nordeste, bem como o estado mais beneficiado em toda essa mesma região, no caso o Maranhão, para que possamos avaliar a disparidade dos investimentos direcionados ao próprio estado do Piauí, ou seja, olhar para o Piauí no nordeste, no que se refere a educação escolar no campo. As modalidades descritas são: creche, subdividida em informal e formal, pré-escola, alfabetização, ensino fundamental I (1º a 4º série) e II (5º a 8º série), médio e para finalizar o superior.

Tabela 1 – Quadro da Educação Escolar ofertado pelos sistemas nos Assentamentos de reforma Agrária.

	Creche		Pré-escola	Alfabetização	Fundamental		Médio	Superior
	Informal	Formal			1ª a 4ª	5ª a 8ª		
<b>Nordeste</b>	428	6.108	28.082	11.996	219.752	128.115	29.942	1710
<b>Maranhão</b>	-	2.167	12.334	4.833	102.339	58.503	10334	667
<b>Piauí</b>	39	347	2.431	1.119	14.048	7.101	2.509	193

São dados que evidenciam que o Piauí não foi de fato um dos estados que tem oferecido educação básica nos assentamentos de reforma agrária. No que concerne a alfabetização e ao ensino fundamental de 1ª à 4ª série, contempla o estado piauiense com apenas 6,39% (seis, trinta e nove por cento) de vagas disponibilizadas a população dos assentamentos nesse período.

Na tabela 2 abaixo exposta, podemos perceber a quantidade de educandos referente a uma determinada distância do assentamento a escola que frequentavam, no estado do Piauí, variando entre 2 km (dois quilômetros) a 15 km (quinze quilômetros), onde prevalece um numero maior de educandos a menor quantidade de quilômetro de distância do assentamento onde residiam.

Tabela 2: Distância percorrida pelos alunos para acessar a escola no campo.

<b>PIAUI</b>					
<b>Distância do assentamento</b>	Até 2 km	De 2 a 5 km	6 a 10 km	De 11 a 15 km	Acima de 15 km
<b>Alunos</b>	18.138	502	193	77	116

A exposição da tabela 2 nos permite analisar e concluir que apesar da maioria esmagadora ter acesso a educação próximas a seu assentamento com pouco menos de 2 km (dois quilômetros) de distância da escola, outra pequena parcela enfrentava esse problema que desestimulava e, portanto desmotivava o aluno a continuar a educação oferecida como garantia de direito, pois não eram disponibilizados transporte em muitas modalidades, não garantindo a permanência deste na escola, visto que a distancia em si já se engloba uma serie de fatores que resultam como o problema à permanência destes a continuar o seu ensino, e a liberdade de usufruir de seu próprio direito a educação.

Muitas dos resultados e discussões a respeito da temática aqui pesquisada precisam ser amadurecidos, bem como acrescentado tantas outras análises no decorrer dos estudos, das reuniões, das leituras e produções de um relatório que virá a ser produzido ao final da pesquisa de iniciação científica, especificamente ao final do ano letivo, para que desta forma possamos sair do status de pesquisa em andamento para entrega de um resultado final, posto que ainda há o processo de sistematização dos dados desta investigação em andamento.

## **5. (IN)CONCLUSÃO**

A atuação do Pronera trás efetivas mudanças na melhora dos índices voltados as zonas rurais, onde a Pesquisa sobre Qualidade na Reforma Agrária - PQRA, realizada pelo Incra em 2010, no que se refere à educação indicou que “ as taxas de analfabetismo entre a população assentada caiu de uma média de 23% (apontado pela PNERA/2004) para uma média de 15,58%, certamente já como resultado da atuação efetiva do Pronera junto a esta população.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, P. 12. 2004)

Tal demonstração nos faz concluir que, a atuação do Pronera nos assentamentos de reforma agraria vem trazendo melhorias significativas na vida dos sujeitos contemplados por essas ações. Um programa que visa beneficiar os autores do campo no âmbito educacional, através de praticas libertadoras, trabalhando-se a ação-reflexão-ação dos educandos, que proporciona pela pedagogia da alternância uma práxis onde aprimoram a realidade como perspectiva de muda-la ao meu favor, e favor de todo um grupo que antes encontrava-se oprimido e desfavorecido econômico-político-socialmente. Buscando também através desse processo a construção de uma justa estrutura social, através de uma Reforma econômica e politica, objetivando a distribuição de renda e terra, pois um homem sem terra não trabalha, não planta, não como e não vive.

## **6. REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, D. B. A. a educação rural como processo civilizador. In Bastos, M. H. C. & STEPHANOU, M. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANDRADE, Márcia Regina; PIERRO, Maria Clara Di. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: A construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária**. 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional De Educação Na Reforma Agrária Em Perspectiva: Dados básicos para uma avaliação**.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 55. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2013.

HOLANDA, Chico Buarque de; MELO NETO, João Cabral. **Funeral de um lavrador, Disco: Morte Vida Severina**, 1966.

KNIJNIK, Gelsa. **Educação matemática, culturas e conhecimento na luta pela terra**. Santa Cruz Sul: EDUNISC, 2006.

LEONARDELI, Poliana Bernabé. **Patativa do Assaré e a identidade sertaneja: oralidade, Memória e religiosidade**. 2009. Disponível em:  
<[http://www.btdt.ufes.br/tedesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=802](http://www.btdt.ufes.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=802)> Acesso: 24 de janeiro de 2014.

AGRÁRIO, Ministério Do Desenvolvimento. INCRA. **Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária-PRONERA: Manual de Operações**. 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: o Pronera como Construção Prática e Teórica da Educação do Campo**. 2004.

SALES, Suze da Silva. **Diálogos sobre a educação do campo: O cenário político e socioeconômico do campo no século XX**. Teresina: ADUFPI, 2011.

RODRIGUES, Joselina L.P. **Geografia e História do Piauí: Estudos Regionais**. Halley S.A Gráfica e Editora.